

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**CONFLITOS ARMADOS CONTEMPORÂNEOS NA ÁFRICA NEGRA E
SUAS CAUSAS AMBIENTAIS**

JONAS ARAUJO LUNARDON

PORTO ALEGRE

2010

Jonas Araujo Lunardon

**CONFLITOS ARMADOS CONTEMPORÂNEOS NA ÁFRICA NEGRA E
SUAS CAUSAS AMBIENTAIS**

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2010

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar os conflitos civis ocorridos na África Subsaariana após o término da Guerra Fria, em 1989. Através de uma interpretação empírica da conjuntura daqueles Estados e populações, esta monografia refuta a tese de que estes confrontos civis seriam “conflitos étnicos” fundados primordialmente nas diferenças e rivalidades culturais entre determinados grupos populacionais. A diferenciação étnica tem importante papel durante a dinâmica do conflito, pois, ao se sustentarem nas rivalidades identitárias, as lideranças conseguem mobilizar diretamente suas populações em direção ao combate. Esta, porém, não é causa fundamental destas disputas. Tendo como base a debilitada construção do sistema africano de países durante a colonização e o período de independências, é possível estabelecer motivações políticas, econômicas e sociais para a ocorrência da violência, que é ainda estimulada pela conjuntura estrutural ali encontrada. Elucidando as reais motivações para as guerras civis, introduz-se a análise das mudanças ambientais como agentes nestes conflitos. Devido à incapacidade de gerência dos governos e a fragilidade institucional daqueles Estados, as conseqüências das alterações no meio-ambiente – secas, escassez de terras férteis, desflorestamento, entre outros – somam-se ao rol de motivações para que guerras civis sejam deflagradas, minando um horizonte otimista de desenvolvimento da região.

Palavras-chave: Conflitos na África, Guerra Civil, Etnia, Construção do Estado, Mudanças Climáticas, Causas Ambientais.

Abstract

This essay is meant to analyze civil conflicts taken place in the Subsaarian Africa since the ending of the Cold War in 1989. Through an empirical interpretation of the conjuncture of those States and populations, this monograph refutes the idea that these confrontations should be described as “ethnic conflicts” primarily based on cultural differences and rivalries between specific population groups. Ethnic differentiation has an important role during the dynamics of the conflict, because, sustaining themselves in identity rivalries, the leaderships manage to directly mobilize their populations towards the combat. However, this is not a fundamental cause in these disputes. Based on the fragile construction of the African system of states during the colonization and the period of independences, it is possible to establish political, economical and social motivations to the uprisings, which are stimulated by the structural context present there. Elucidating the real motives for these civil wars, the analysis of how climate changes are agents in this process is introduced. Due to the governmental administration incapacity and institutional fragility of those States, the consequences of environmental modifications – such as droughts, scarcity of fertile land, deforestation, among others – sums up to the list of possible causes for civil wars to begin, jeopardizing an optimistic horizon of development on the continent.

Keywords: Conflicts in Africa, Civil War, Ethnicity, State Building, Climate Change, Environmental Causes.

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1 - A África Negra e os Conflitos pós-1989.....	10
1.1 A formação dos povos africanos: grandes movimentos internos.....	10
1.2 Guerra Civil: o que são os chamados “conflitos étnicos”.....	11
1.3 Conflitos étnicos x conflitos ideológicos.....	12
Capítulo 2 - Causas dos Conflitos e Possibilidades de Resolução.....	14
2.1 Fragilidade estatal.....	15
2.1.1 Questão de Berlin e o que são as fronteiras artificiais.....	18
2.2 O Fim da Guerra Fria e a escalada dos conflitos.....	19
2.1.1 Perda do aporte das potências e a fragilidade institucional.....	20
2.1.2 Tráfico de armas, drogas, riquezas naturais e o poder paralelo.....	21
2.1 Subdesenvolvimento.....	23
2.2 Exclusão política e social de determinadas populações (da colônia até presente)	24
2.3 Interferência externa e recursos naturais.....	26
2.4 Abordagens para resolução de conflitos: visões realistas e construtivistas.....	27
Capítulo 3 - Causas Ambientais para os Conflitos Africanos.....	31
3.1 Principais problemas ambientais no continente.....	33
3.1.1 Secas, escassez de suprimento de água e “morte” de lagos e rios.....	34
3.1.2 Escassez de terras férteis.....	35
3.1.3 Desflorestamento.....	37
3.1.4 Queda na exploração de recursos naturais.....	38
3.2 Consequências sociais e desestabilização econômica.....	38
3.2.1 Deslocamento populacional.....	38
3.2.2 Insegurança alimentar.....	39
Conclusão.....	41

Referências	42
Anexos.....	47

Introdução

Revivendo a época logo após as independências africanas, estabelece-se nessa primeira década de novo século um renovado momento de otimismo pan-africano. Está consolidando-se, no continente, um sistema interestatal com projetos de integração, de certa forma, bem delineados e com uma projeção econômica, no mínimo, interessante. Em recente dossiê especial da revista *Financial Times*¹, a África aparece como melhor região do planeta para se investir – muito devido ao fato de que os analistas esperam que mais de 300 milhões de africanos façam parte de uma nova classe média emergente nos próximos anos. Classe média essa moldada com reflexo nas classes médias ocidentais, ou seja, com extremo viés consumista. Os mercados de telefonia, automotivos e de bens de conforto de luxo são os que mais crescem no continente, justamente focados nesses emergentes 300 milhões de consumidores. Como não deixaria de ser, as potências e países com crescimento econômico elevado vêm investindo cada vez mais nos países africanos, estabelecendo vínculos lucrativos não só no plano econômico, como também no plano político internacional, afinal de contas, o continente representa 53 cadeiras na Assembléia Geral da Organização Nações Unidas (ONU). Nos últimos dois anos, quando da crise financeira de 2008, os olhos viraram-se ainda mais para a região, tida como válvula de escape importante para as grandes economias estagnadas, assim como para aquelas em crescimento e que necessitam diversificar seus investimentos.

Infelizmente, esse otimismo não se sobressai ao fato de que o continente ainda é marcado pelo subdesenvolvimento endêmico; pela desigualdade social e pobreza; pelos intensos problemas de saúde, da má-nutrição à epidemia de AIDS e, ainda, por conflitos civis sangrentos, ditos étnicos, que continuam a deslocar, ferir e matar milhões de pessoas. Tais conflitos “étnicos”, que ocorrem principalmente na África Subsaariana ou Negra, minam a capacidade de desenvolvimento de vários Estados, dizimando vidas e marcando com sangue e sofrimento a história do continente. A partir de 1989, no pós-Guerra Fria, a expectativa era de pacificação dos combates, porém, o que se vê é uma nova dinâmica de escalada de tais disputas. De 1990 até 2007, para se ter um idéia, 88% das mortes por conflitos armados no

¹ Dossiê “Emerging Africa”, *Financial Times*, Londres, 1º de junho de 2010.

mundo se deram no continente² – incluindo aí a ocorrência de grandes conflitos, como a Guerra do Golfo e a recente Guerra do Iraque. As causas destes conflitos na região, no período contemporâneo (pós-1989), é o tema deste trabalho. É dado foco a dois pontos que o autor considera como fundamentais para compreensão e, a partir daí, resolução destes: (1) a desmistificação de que a causa principal dos massacres é a diferença étnica-religiosa-cultural de tais populações; e (2) a demonstração de como problemas ambientais – ainda mais com o aceleramento do processo de mudanças climáticas - têm de ser considerado como um dos fatores prioritários para a eclosão de tais conflitos, sendo inevitável que os processos de pacificação de tais regiões levem em consideração projetos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis para que a paz seja duradoura.

Antes do aprofundamento nas questões específicas das populações africanas é necessário sublinhar dois conceitos.

Primeiro, o de conflito armado intraestatal. Após a queda do Muro de Berlim e o estabelecimento de uma nova ordem do sistema internacional é notável o alavancamento de conflitos internos nos Estados, chamados *intraestatais* – contrariamente ao que seriam conflitos *interestatais*, aqueles conflitos historicamente mais comuns onde um Estado ou um grupo de Estados combate outro Estado ou outra coalizão de Estados. Estes conflitos *intraestatais* são, portanto, conflitos entre grupos populacionais residentes no mesmo território, porém, com diferentes interesses, ou, então, entre parte da população daquele território e o próprio governo em cargo.

Uma noção do quanto são relevantes estes tipos de conflitos no sistema internacional atual é obtida se analisarmos o dado de que do fim da Guerra Fria até o ano de 2003, dos 111 conflitos existentes no cenário internacional, 95 eram *intraestados*, sendo que em 9 destes havia algum fator fundamental de interferência externa para o conflito (NYE, 2003). Ou seja, mais de 85% dos conflitos armados neste período se deu entre populações que habitavam o mesmo território.

Durante a década de 90 e os anos 2000, inúmeros casos de conflitos armados

² Ver Anexo II.

eclodiram na África Negra: Rep. Democrática do Congo, Uganda, Angola, Serra Leoa, Libéria, Sudão, Nigéria, Somália, Zimbabwe, Chade, Ruanda, Rep. Central Africana, entre outros. Muitos destes são atuais, entre eles, Darfur, no Sudão, a região do Delta, na Nigéria ou na Rep. Central Africana. E há casos onde havia conflitos até recentemente, porém a estabilização é extremamente frágil e uma volta ao combate é uma opção latente para aquelas populações – Rep. Dem. do Congo, Costa do Marfim, Ruanda, entre outros exemplos. (LEMARCHAND, 2009).

Em segundo lugar, é necessária a definição do que é um “conflito étnico”. Há um consenso no meio acadêmico de que a história da exploração européia do continente africano e o período do neocolonialismo que se estende até as décadas de 60 e 70, juntamente com a divisão forçada de fronteiras e os processos de independência dos países africanos, têm influência inquestionável nesta dinâmica viciosa de guerras civis na região. No entanto, a partir deste ponto, vemos que grande parte das análises feitas sobre esta questão desvia as questões mais relevantes destas situações e acabam na generalização de considerarem as causas principais dos combates na diferenciação cultural e religiosa das comunidades. Antes da crítica a esta perspectiva, deve-se caracterizar como são identificados tais embates.

Estes são conflitos onde as partes beligerantes são definidas pelo compartilhamento de alguma semelhança cultural comum, seja a língua, religião, história, simbologia. Ou seja, um grupo étnico é, assim, caracterizado pelo reconhecimento de um nome comum, uma base histórica compartilhada, além do compartilhamento de elementos culturais fundamentais. Conflitos étnicos definem-se, portanto, quando um ou mais destes grupos entra em combate com outros. Majoritariamente, o erro de análise está compreendido neste momento: a razão do porquê do combate entre os grupos étnicos. Mesmo que as partes conflitantes possuam diferenças culturais e religiosas entre si, isso não quer dizer que estas diferenças sejam necessariamente a razão do conflito. Os porquês das sangrentas guerras civis e dos massacres no continente estão relacionados a fatores políticos/econômicos, ao subdesenvolvimento, fragilidade institucional, entre outras razões que serão analisadas no decorrer deste trabalho.

Capítulo 1 - A África Negra e os Conflitos pós-1989

1.1 A formação dos povos africanos: grandes movimentos internos

Um dos maiores contos sobre a África é de que a história do continente foi traçada por tribos milenarmente estabelecidas em regiões fixas, sem exploração continental, com costumes muito adversos, e que se enfrentavam entre si tanto por meios de sobrevivência como por “vontades divinas”. Essas tribos, certas vezes elevadas à categoria de impérios, têm costumeiramente o caráter guerreiro atribuído a elas. Essas dadas características fortalecem a idéia de rivalidades seculares entre os atuais povos africanos, descendentes dessas antigas tribos.

A realidade, no entanto, é que esta visão é totalmente equivocada. O desenvolvimento histórico do ser humano e das civilizações africanas é incontestavelmente marcado por intensas migrações internas³. Grupos populacionais deslocaram-se constantemente por aquelas terras, tanto em busca de território e comida, quanto na fuga de alterações climáticas e geológicas – como a desertificação da área do Saara. Apesar da idealização de tribos milenares, guerreiras, místicas, muito alimentada pela mídia, essa idéia deve ser refutada. Uma das maiores amostras disto é a consolidação de populações de mesma etnia em regiões muito afastadas do continente, o que indica a divisão de um mesmo grupo populacional durante algum movimento de migração do passado. Além disso, deste quadro de intenso deslocamento também resultam grandes fusões e mixagens dos grupos tribais primários.

O povo banto, originário do noroeste do continente, é grande prova disso. Durante os séculos, os bantos migraram até proximamente o Chifre Africano, no extremo leste, descendo ainda na direção sul, para a região central. Enquanto isso, povos originários do que hoje é a África do Sul também percorriam o interior do país em direção ao norte e ao oeste. É nos bantos e naqueles povos sulistas que uma boa parte da população negra compartilha suas origens, sendo elas do litoral atlântico próximo ao Magreb como da região central e de localidades ao leste.

³ VIZENTINI, Paulo. A África na Política Internacional: o Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

É refutada, portanto, a idéia de que a África foi povoada por milhares e milhares de tribos quase que incomunicáveis entre si que combatiam freqüentemente para sua sobrevivência. Mesmo que as migrações tenham causado choques entre aquelas populações primárias, a interação e o movimento entre as tribos existia, o que permitia a troca de informações e de fatores culturais. Como será observado, é possível perceber um histórico que demonstra a cooperação e a convivência pacífica entre as tribos mais constante do que conflitos armados entre as mesmas. Muitos dos conflitos recentes têm raízes exatamente na quebra do equilíbrio deste convívio pacífico.

1.2 Guerra Civil: o que são os chamados “conflitos étnicos”

A mídia internacional rotineiramente retrata os conflitos existentes na África como tribais, étnicos, religiosos. Essa denotação leva ao entendimento de que aqueles povos são menos evoluídos, menos civilizados, povos que entram em disputa e se matam devido à rivalidades culturais. A verdade, no entanto, é que estes conflitos étnicos nada mais são do que guerras civis. A razão das disputas entre os grupos são políticas, econômicas, sociais – as mesmas razões encontradas em disputas do mundo ocidental “civilizado”. Os grupos disputam poder político, vantagens econômicas, meios de sobrevivência; demandam ações do governo central, lutam contra a discriminação e a desigualdade. A grande diferença é que a mobilização identitária é um dos grandes artifícios das elites e das lideranças políticas para inflamar a população civil ao combate armado.

O legado deixado pela colonização européia aos países africanos influi muito nesta dinâmica. Estes países não foram formados a partir de processos históricos de estruturação de Estados-nação, não houve acordos integracionais de divisão de poder entre diferentes interesses. O domínio europeu instaurou fronteiras artificiais e, muitas vezes, designou as benesses econômicas e políticas do poder a um grupo, em detrimento de outros. Quando saíram do continente estas fronteiras não foram revistas. Os Estados tornaram-se independentes através de disputas tanto internas quanto com a potência colonial, ou, então, mantendo o sistema de discriminação de uma elite beneficiada em relação a outros grupos.

Com relação às rivalidades étnicas, muitas vezes foi nesta época que foram criadas e relacionadas à instaurada discriminação de uns perante outros. Muitas daquelas populações

não se encaravam como etnias rivais, até mesmo não se diferenciavam propriamente em etnias, grande parte dessa dinâmica foi introduzida pelo sistema de dominação europeu. Esse sistema era distinto dependendo da potência colonial, porém, mantinha certas características em comum, como, por exemplo, a criação de elites dentro das regiões dominadas.

Um fator que geralmente se repete nestes conflitos é que uma grande quantidade de relatos civis aponta o início das disputas por poder como o início das próprias diferenciações entre grupos populacionais diversos.

1.3 Conflitos étnicos x conflitos ideológicos

Os analistas apontam uma marcante característica presente numa guerra civil de mobilização étnica e que difere de outras guerras civis.

Essas outras guerras civis podem ser chamadas de conflitos “ideológicos”. Nestas situações o que está em jogo não é a supremacia de um grupo populacional sobre outro no que diz respeito a sua língua, religião, ou qualquer outra característica *ad scriptum* utilizada na mobilização para o combate. O que está em disputa são, geralmente, formas de governo, modelos político-sociais que reinarão sobre o todo da sociedade. Ou seja, são conflitos relativos a escolhas políticas, escolhas essas que independem de cor, raça, religião ou língua, que independem da etnia, assim, os lados opostos disputam seguidores no âmbito geral da sociedade. O que diferencia estes conflitos daqueles ditos étnicos é que, sendo conflitos ideológicos, mesmo que haja o embate armado, o que está em jogo é o convencimento da população. O lado vencedor deste conflito é aquele que consegue atrair parte significativa da população para o seu lado, o suficiente para dar o suporte necessário para que suas práticas de governo sejam consolidadas.

Pela descrição apresentada de um conflito étnico, fica clara que a opção do convencimento não é viável para sua resolução. Dadas suas características e formas de mobilização da população, o conflito étnico implica, por definição, na eliminação física e dos meios de reprodução da cultura da outra parte. Tanto é verdade que aqueles vistos como moderados - a favor do convívio pacífico entre as etnias - são considerados traidores e passam a ser vistos como alvo. A imposição pela violência passa a ser a única opção de combate.

Podemos dizer que o conflito ideológico se dá por disputas dentro da população de *como* aquela população deve ser governada; uma guerra civil identitária se dá pela disputa da totalidade do poder, não o *como* governará mas *quem* governará. Essa dinâmica faz com que, nas disputas ideológicas, as lealdades aos líderes sejam fluidas, dependendo do convencimento que estes conseguem exercer individualmente em cada habitante daquele território. Na perspectiva étnica essas lealdades são extremamente sólidas e praticamente incapazes de serem desmanchadas, pois o motivo do conflito são disputas supostamente históricas, rivalidades hereditárias e de caráter divino que não tem, na visão da população, um contra-argumento lógico para que possam ser desbaratadas. As lideranças não são vistas como uma de tantas opções a serem balanceadas e escolhidas ou não, elas são única alternativa de comando.

Capítulo 2 - Causas dos Conflitos e Possibilidades de Resolução

O objetivo deste capítulo é elucidar quais são as causas políticas e econômicas para a ocorrência dos conflitos, estabelecendo por que razões o caráter étnico não deve ser tomado como ponto de partida das disputas, mas, sim, uma de suas conseqüências mais trágicas.

Quando lidamos com estes conflitos, principalmente os que ocorrem na África Negra, também estamos lidando com o genocídio. Na realidade, estes conflitos étnicos geralmente têm o viés genocida. De acordo com a Convenção de Genebra sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, de 1948, estabelece-se, no artigo 2º, que:

Na presente Convenção, genocídio significa qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo étnico, racial, religioso ou nacional, tais como:

- (A) matar membros do grupo;
- (B) Causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo;
- (C) Infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física no todo ou em parte;
- (D) Medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- (E) transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo⁴

Fica claro que é a partir das disputas étnicas que estes atos são levados adiante. Desde 1989, vários casos foram denunciados como genocidas – mais notadamente o de Ruanda e Sudão – no entanto, por conta de seus interesses econômicos e suas obrigações legais perante a Convenção de Genebra, os países do Conselho de Segurança da ONU não o reconheceram como tais.

Uma das questões a qual esse trabalho se propõe é a de porque genocídios são cometidos. Antes das explicações sobre motivos políticos e estruturais que levam a ocorrência dos conflitos e sua evolução em genocídio, há uma explicação geral que, apesar, de simplória também é elucidativa. O Estado faz a escolha pela limpeza étnica pois essa é a maneira mais fácil de se manter no poder. Devido ao contexto, a eliminação física de determinado grupo populacional que se opõe a ordem vigente é, simplesmente, efetiva para aqueles que estão governando. A dimensão de “conflito étnico” é retroalimentada. Primeiro, o Estado se vê capaz de perpetuar o genocídio por que as disputas internas estão enfaticamente mobilizadas

⁴ Tradução livre. Original disponível em: <http://www.hrweb.org/legal/genocide.html>. Acesso em: 05/06/2010.

nas diferenças identitárias da população. Segundo, o próprio Estado alimenta estas disputas pois assim cria o ambiente favorável a estes atos.

A “escolha” pelo genocídio, se é que se pode chamar assim, acarreta conseqüências para aqueles que a elegem. Existem as implicações morais do exemplo que o governo passa para sua sociedade ao fazer uso da brutalidade ele, o próprio mantedor da ordem. De acordo com os fatores explicitados abaixo, talvez se possa inferir que as lideranças africanas não levam em consideração este aspecto em sua tomada de decisões. Mesmo assim, não podem impedir outro tipo de decorrência que é o ciclo vicioso criado pela utilização da violência. As nações africanas são marcadas pelos combates desde a época da colonização, sendo que a militarização de diversos setores civis é comum em muitos países. Quando o governo decide ir contra seus próprios cidadãos, ao invés de trabalhar pela contenção do combate, essa lógica de generalização da violência tende a aumentar.

2.1 Fragilidade estatal

Imediatamente ao fim do processo de independência dos países africanos o sistema de relações estatais introduzido no continente foi o mesmo daquele criado para reger a dinâmica entre os Estados europeus, ou seja, o sistema de Westfália. Como demonstra Christopher Clapham (1996), a combinação entre os princípios westfalianos de soberania estatal e o estabelecimento daqueles quase 50 novos países marca a “trágica combinação”⁵ que leva a falência do sistema estatal da África Subsaariana e a ocorrência de inúmeros conflitos internos.

Nas Relações Internacionais é comum estudar o Estado como um ente dado, já consolidado e, além disso, de caráter natural. Seria, portanto, *natural* que aquelas novas nações independentes e recém colonizadas adotassem os pressupostos ditados pelas potências européias (ex-metrópoles) e se inserissem num cenário regido pelos princípios westfalianos e pelo sistema ONU. Essa visão distorce aquilo que é fundamental na temática das Relações Internacionais: o fato de que o Estado, como o conhecemos, é um constructo político. O

⁵ CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Págs. 257 – 274.

Estado faz parte de um acordo sobre como se dará a organização político-social das sociedades e faz parte de um rico processo histórico de construção deste acordo. Há, durante este processo, debates, disputas ideológicas, contestações, conflitos (armados ou não) que, ao longo do tempo, moldam um desenho de organização social que se não é consensual, é aceito como legítimo pela grande maioria dos cidadãos. O próprio modelo westfaliano entende estas premissas e tem como objetivo a proteção e a manutenção do Estado-nação como este foi concebido. As alterações que vemos na concepção de Estado desde 1648 (ano da assinatura de Westfália) até o presente são frutos justamente deste processo contínuo de construção da organização sócio-política de uma nação. No Ocidente vemos que existe evolução nos princípios westfalianos acerca das pré-condições para o reconhecimento da legitimidade do Estado no plano internacional, caso, por exemplo, da defesa irrestrita – ao menos na retórica – de valores democráticos. A democracia não era fator fundamental à legitimidade de um Estado à época da construção do sistema de relações internacionais como o conhecemos, porém, devido aos diversos processos políticos e históricos subseqüentes, a adoção deste princípio é necessária à manutenção do ente estatal. Na Carta das Nações Unidas (São Francisco, 1945) há bons exemplos do que podemos considerar como condições modernas ao reconhecimento do Estado como tal. A própria ONU é criada para evitar o colapso do sistema, como havia se sucedido anteriormente com as duas Guerras Mundiais.

Entende-se assim que o motivo das Relações Internacionais não tem como pedra fundamental a interação entre os Estados – estes são um dos agentes do cenário internacional. Apesar de estas relações serem as mais proeminentes no sistema, antes disso está o estudo das ações, motivações, processos por quais são submetidas as pessoas, as populações, as comunidades, as nações. É a partir destas ações que é criado o Estado, ou seja, é condição *sine qua non* que a dinâmica do plano externo esteja em par de igualdade de importância com o que ocorre no plano interno.

Aqueles quase novos 50 países africanos não tiveram um processo de construção do seu Estado. No plano econômico e militar não possuíam nem recursos, nem estruturação suficiente para que fossem sustentáveis, enquanto que no plano político e social não havia um acordo integrado da sociedade para que o governo pudesse governar. Apesar de que com a euforia das independências aquelas nações pareciam coesas em sua maioria, essa ilusão se tornou óbvia quando as oposições passaram a se inflamar devido à incapacidade de

desenvolvimento da região. O aceite dos princípios vigentes no sistema internacional era benéfico a duas partes, protagonistas naquela situação. Primeiro, os países desenvolvidos, devido ao momento histórico e ao crescente aumento nas lutas pelas independências, perceberam que a melhor estratégia para manter vivos seus interesses e lucros na África era a “transferência de poder” a governos independentes daqueles países africanos. Era necessário, para esta manutenção de interesses, garantir que as fronteiras criadas pelas próprias metrópoles permanecessem daquela maneira, não permitindo o advento de um processo mais significativo de criação de Estados, entidades políticas e afins. É lógico que para que os países europeus continuassem a explorar os recursos provindos daquela região os novos países ali formados deveriam ser frágeis, sem instituições que fossem capazes de se opor a tal exploração. Este é o raciocínio, então, para a introdução daqueles conceitos desde o plano externo em direção ao plano interno. Em segundo lugar, vemos governos recém independentes lidando com países onde nem a economia era estruturada, nem as instituições eram organizadas, nem mesmo as fronteiras eram bem delineadas, ou seja, países que não tinham como sustentar-se sem a ajuda externa. Desta maneira, torna-se indispensável que estes novos líderes aceitem o que propõe as ex-metrópoles, pois este aceite é a garantia não só de atuação e reconhecimento internacional a partir das cadeiras nas Nações Unidas, mas também de ajuda e, mais que isso, proteção aos seus governos. Esta dinâmica causa um ciclo vicioso que é perceptível até hoje no continente africano. Com a desculpa da manutenção da ordem e da consolidação de um sistema africano de nações, os países desenvolvidos passaram a proteger aqueles frágeis governos de oposições internas ao seu mandato. Como aqueles eram os governos que garantiam a manutenção de seus interesses, muitas vezes estas potências deram auxílio fundamental à repressão interna para governantes que haviam se tornado ditadores e que massacravam parte de suas populações. Com o passar do tempo as relações estabelecidas não se davam mais entre o Estado – compreendido pela justa interação do governo com sua população – e o cenário externo, mas, sim, entre um grupo de líderes de governos beneficiados pela manutenção no poder e países de fora do continente, estes, por sua vez, beneficiados pelas vantagens concedidas por aquele grupo de líderes. O fluxo de recursos compreendido nos dois sentidos é o que rege esta analogia sendo mais importante do que as relações diplomáticas e princípios democráticos, criando assim um clientelismo apoiado nestas relações.

Esta dinâmica era combustível para o aumento da distância entre os governantes e os governados daqueles países recém-independentes. A convenção internacional que, no princípio, foi designada para garantia dos direitos e da independência daquelas nações infantas, converteu-se numa ferramenta de manutenção do *status quo* e controle doméstico por lideranças individuais. Quando a tolerância perante tais abusos chegava ao fim, tinha início os conflitos internos entre aquelas comunidades excluídas dos ganhos sócio-econômicos do jogo político e os representantes do governo estabelecido juntamente com os grupos civis por estes beneficiados.

2.1.1 Questão de Berlin e o que são as fronteiras artificiais

A Conferência de Berlin (1885) e a partilha da África pelos futuros colonizadores, adotando fronteiras artificiais e arbitrariamente resolvidas, é consenso ao ser identificada como uma das causas de conflitos armados na região. O agrupamento de etnias rivais dentro da mesmas fronteiras, a separação de populações que antes coexistiam, entre outros fatores poderia explicar boa parte dos conflitos que se postergaram no pós-independência. É inegável que o que se decidiu na Conferência de Berlin legou trágicas conseqüências, a divisão de fronteiras e a artificialidade de Estados criados de fora para dentro é razão fundamental para a instabilidade perpetuada no continente. No entanto, a visão sobre as heranças desta partilha podem ser consideradas míopes. Considerar a introdução de fronteiras artificiais como causadoras de conflitos é correta, porém, relacionar esta causa tão somente com rivalidades étnicas torna-se errôneo.

Os países não são formados a partir de etnias, o próprio conceito de nação é construído com o propósito de que diferentes comunidades pudessem sentir-se partícipes de um só Estado e compartilhassem um só destino. Na própria Europa Ocidental os exemplos são visíveis. Qual a grande diferença existente entre a população do norte francês, belgas, suíços francófonos e, principalmente, os fronteiriços com a Alemanha? Se fôssemos diferenciá-los, provavelmente os franceses de Alsácia se pareçam mais com os alemães do que com seus conterrâneos ao sul. A diferenciação étnica não é condição necessária ao estabelecimento de Estados, nem mesmo a sua divisão. Qual a diferença étnica existente entre ingleses, escoceses e galeses para que fosse indispensável a divisão da ilha em três diferentes países? O mesmo

ocorre em Estados mais recentes, como na América do Sul. A população do norte argentino possui consideravelmente mais traços biótipos e culturais com bolivianos do que com os argentinos do ao centro e ao sul. Qual a característica étnica diferenciadora de uruguaios, argentinos e brasileiros sulistas, para que ali haja três países diferentes? O próprio Brasil é formado por inúmeros grupos populacionais diferenciados e de traços culturais diversos, mas é uma nação com valores calcados justamente no multiculturalismo.

O que se está tentando elucidar é que o problema da artificialidade das fronteiras na África não está ligado somente à interferência sobre etnias. Todas as fronteiras do mundo são, de certa maneira, artificiais; a própria caracterização de *nação* sobre determinada população é um artifício político da História Moderna. A denotação de artificial àqueles Estados deve ser vista como causa de conflitos pois impede exatamente o processo de organização e construção de um Estado, ou uma nação, por aquelas populações. A partilha da África força a existência de Estados que não foram formados a partir da interação entre comunidades residentes ali, o que impede a perspectiva de um acordo legítimo sobre como e quem deve governar aquela sociedade em formação.

2.2 O Fim da Guerra Fria e a escalada dos conflitos

É importante compreendermos esta conexão pois, então, temos uma melhor idéia do porquê do aumento na ocorrência de conflitos e de violência civil na África Negra após o término da Guerra Fria.

Quando observamos a independência daqueles países e de sua inserção no sistema internacional vigente, também é fundamental contextualizarmos essa dinâmica no cenário da Guerra Fria e na dualidade capitalismo x socialismo. Assim como ditam aqueles princípios westfalianos, os Estados tinham o direito a auto-determinação do seu rumo. Mesmo que esta “auto”determinação fosse marcada por conflitos e ingerências externas, a escolha entre o capitalismo e o socialismo era tangível. Muitos dos conflitos internos no processo de independentização se deram por conta da disputa de grupos nacionais que buscavam a autonomia do país porém eram rivais quanto à ideologia a ser adotada. Estes conflitos tiveram imensa interferência externa, países capitalistas e socialistas injetavam dinheiro e ajudas

militares naqueles grupos que lhes eram simpatizantes, e continuaram com essa injeção quando viam o seu aliado subir ao poder.

A própria disputa entre Estados Unidos e União Soviética tornava a África palco de importante embate político, afinal de contas, nasciam ali cinco dezenas de novas nações possíveis parceiras. A situação da Guerra Fria fazia com que as potências fossem vigorosas nos auxílios aos seus governos aliados, além de manter apoios a grupos opositoristas em determinadas localidades.

2.1.1 Perda do aporte das potências e a fragilidade institucional

Considerando que aquela região, quase que na sua totalidade, ainda dava os primeiros passos de incipiente autonomia, muitos consideravam que os conflitos existentes na região aconteciam na disputa por aqueles governos de criação recentes, casando o contexto da violência na África com o da disputa entre capitalistas e socialistas presenciadas ao redor do globo. Com o fim desta dualidade no contexto mundial, a partir de 1989, analistas entendiam que na África também os combates seriam apaziguados e os grupos rivais aos de viés capitalistas não teriam mais condições tanto financeiras e militares, quanto de apoio da população, para a continuação de mobilizações armadas.

O que se viu, no entanto, foi justamente o contrário. Mesmo com o arrefecimento das coalizões armadas socialistas as guerras civis aumentaram severamente na década de 90. Com o avanço das mídias internacionais, os relatos das violências, torturas, abusos, as desoladoras imagens de campos de refugiados e o sofrimento das populações violentadas tornaram-se comuns. Essa quebra na lógica da estabilização contribuiu ainda mais para que as diferenças étnicas fossem coroadas como razão principal destes conflitos.

O que acontece é que transferir a perspectiva de que aqueles conflitos eram causados por disputas político-ideológicas entre grupos armados que combatiam pelo poder como acontecia em outras partes do globo para a África falseava uma conjuntura onde o aporte externo dado àqueles novos governos maquiava Estados que não mais tinham condições de existir por suas próprias forças. Governos que tinham perdido o controle sobre grande parte de

sua população e o faziam, agora, a partir da opressão, utilizando justamente recursos provindos de potências internacionais, sejam elas capitalistas ou socialistas. Os próprios grupos de oposição ao governo tinham condições de sobreviver por conta deste apoio externo. Se envolvidos em conflitos armados ou não, isso não importa, os participantes destes grupos podiam garantir sua sobrevivência a partir de suprimentos recebidos do estrangeiro.

A perda do aporte das potências somadas à incapacidade de estruturação do Estado desde os tempos da independência é o que leva a escalada de conflitos. Mesmo que tenham viés ideológico, estes conflitos estão relacionados muito mais à sobrevivência da população, à inserção destes grupos nos processos políticos, à obtenção de garantias de melhoras de vida daquelas comunidades em situação de pobreza extrema, ou seja, ao processo de construção política do Estado e de suas premissas, o que não ocorreu à época das independências. A partir do enfraquecimento da União Soviética na década de 80, quando esta não tinha mais condições de investir na região, até o gradual “esquecimento” de potências capitalistas com aquelas nações no pós-Guerra Fria percebemos que muitos dos Estados africanos não eram capazes de se manter sem estarem baseados naqueles recursos provindos anteriormente. O controle doméstico perpetuado por lideranças autoritárias não era mais sustentável, assim como o controle das disputas internas entre diferentes grupos populacionais. Mesmo que estes conflitos internos fossem causados por motivos alheios aos políticos – como, por exemplo, veremos nas causas ambientais – os mecanismos de controles sociais, quando existiam, tornaram-se explicitamente ineficazes. Sem o aporte externo, a fragilidade institucional daqueles entes políticos não era mais maquiável e o Estado se via numa condição de ruína.

2.1.2 Tráfico de armas, drogas, riquezas naturais e o poder paralelo

Não conseguindo manter a situação minimamente estabilizada, aqueles governos falidos não mais obtinham meios para conter ameaças à estrutura política. O avanço de grupos de oposição armada era evidente, mas, além disso, criava-se o ambiente perfeito para que milícias e facções criminosas tirassem proveito econômico desta situação. O tráfico de armas, de drogas e de riquezas naturais criou uma lógica de um poder paralelo dominado por estes grupos criminosos que regulava sobre regiões inteiras com muito mais autonomia do que a própria administração oficial. A permanência no poder destes grupos é garantida pelo uso indiscriminado da violência e de abusos perante as populações daquelas regiões. Sem poder

combatê-los, as lideranças estatais fazem descaso desta situação ou se aliam a estes grupos para ter alguma partilha do lucros e para obter o apoio para se manter no governo.

Muitos confrontos no continente têm como fundo milícias disputando áreas de exploração de recursos naturais ou, então, o controle do tráfico de armas e drogas. Nessa lógica entram, também, empresas e agentes internacionais que, muitas vezes, aliam-se a tais milícias para garantir seus interesses econômicos. Estes confrontos, que tem claramente motivações econômicas e políticas, acabam sendo reportados como confrontações étnicas. O fato é que a mobilização identitária é um dos instrumentos utilizados pelas lideranças para envolver a população. Quando o governo se vê beneficiado pela atividade criminosa e está ameaçado pela oposição de parte da população vemos atos genocidas, já que, de acordo com as circunstâncias, a eliminação física de um certo grupo populacional (etnia) é mais fácil e lucrativo.

Como é perceptível, todas as causas, inclusive as que serão relacionadas abaixo, têm sintonia com o fator de fragilidade e falência do Estado, sendo incapaz este de enfrentar situações de risco. Não conseguindo evitar as disputas e muito menos criar ferramentas para solução pacífica destes conflitos eles estão fadados a tornarem-se armados e, sobretudo, brutalmente violentos.

Em relação aos armamentos, há um adendo necessário. A generalização de armas leves no território africano é causada por dois motivos principais. À época das independências, era claro que a ajuda oferecida pelas potências a seus aliados internos não se continha na contribuição política ou econômica. Tanto os grupos rebeldes como aqueles que alcançavam o governo exigiam o envio de equipamentos militares em troca de seu apoio, antes mesmo de investimentos econômicos ou de infra-estrutura. Os movimentos de independência foram marcados pela luta armada facilitada pela contribuição externa. Parte da militarização civil vem daí. Outro grande momento de entrada de armas se dá após a queda do Muro de Berlim. Com a cessão dos confrontos entre capitalistas e socialistas no plano internacional, os fabricantes de armas viram nos movimentos africanos a possibilidade de arrematação de novos mercados. O rifle AK – 47, símbolo do exército soviético, agora é marca registrada dos movimentos rebeldes e de guerras civis africanos. Produtos ultrapassados tecnologicamente e que entram em desuso também têm sua válvula de escape

com governos e movimentos no continente. Trocas comerciais deste calibre geralmente têm suas estatísticas ocultas, afinal de contas, não são exatamente vista com bons olhos pela comunidade internacional. Desse modo, parecem ter um tom de ilegalidade, como se esta fosse uma prática inteiramente ilícita. A verdade é bem diferente. Este é um mercado muito grande para que os países não tivessem interesse. A Alemanha, por exemplo, é o maior fornecedor de armas de fogo para os países africanos e, em 2010, duplicou suas taxas de exportação a nível mundial, não considerando o teor de autoritarismo ou para qual uso são destinados estes produtos bélicos pelos seus governantes.

2.1 Subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento endêmico do continente permeia todas as premissas para causas de guerra civil. Relacionado intimamente com a colonização e a exploração secular dos recursos africanos, a condição de pobreza comum aquela região é, em grande parte, um dos fatores de impedimento da evolução do Estado africano no pós independência. Não há condições materiais para que seja possível lidar com situações que acabam tornando-se conflitos violentos. Essa ingerência interna cria um ciclo vicioso onde o Estado fica dependente do cenário externo ao mesmo tempo em que não utiliza os recursos provenientes para o seu desenvolvimento.

É por conta do subdesenvolvimento que encontramos causas primárias de acontecimento de conflitos incapazes de serem resolvidas. Falta nos estoques de comida e a incapacidade de se lidar com períodos de escassez, por exemplo, acabam evoluindo em circunstâncias de disputa violenta entre grupos populacionais. Um relatório do Banco Mundial sobre o assunto afirma que “política e pobreza causam guerras civis, não a diversidade étnica”⁶. Além disso, aponta as instituições falidas como causa adjunta. De forma interessante, e como é defendido por inúmeros acadêmicos, o relatório faz menção ao fato de que a chance de uma guerra civil é menor quando existe a diversidade étnica, desde que não haja somente um pequeno número de grandes grupos diversos, ou a polarização identitária.

⁶ Tradução livre. Original disponível em: <http://www.worldbank.org/research/conflict/papers/eca2000.html>. Acesso em: 10/11/2010.

Como estará explicitado no capítulo a seguir, causas ambientais – secas, escassez de terras férteis, desflorestamento – podem vir a estar diretamente relacionadas com a insurgência da violência civil justamente pela incompetência estatal em desenvolver projetos que garantam a sobrevivência da sua população.

2.2 Exclusão política e social de determinadas populações (da colônia até presente)

Desde a colonização européia, a formação de Estados artificiais e o débil processo de construção de nações perpassado no pós-independência, existe uma flagrante discriminação de partes específicas da população em benefício de outros grupos. Era prática constante pelas metrópoles o beneficiamento de parte da população para manutenção do *status quo* existente. Em muitas regiões os comandos europeus não possuíam recursos suficientes para a imposição de administrações coloniais independentes que supririam suas necessidades e garantiriam os ganhos econômicos. Assim, era comum que grupos e facções daquelas sociedades fossem favorecidos como contrapartida da cooperação com o poder da metrópole. Uma das características desse jogo de poder é o que Eric Hobsbawm e Terence Ranger sublinham como a “invenção de tradições”⁷. Para legitimar aquelas condições estabelecidas, tanto as facções locais como a administração da metrópole passaram a fabricar fatores “tradicionais” daquelas populações, celebrando diferenças ditas “históricas” que corroboravam com a lógica do domínio de uns pelos outros. Muitas sociedades entraram em desalinho a partir da introdução desta nova ordem.

Esse pensamento de criação de uma elite política gerada a partir de uma repartição das populações foi continuada mesmo após as independências para que os arranjos necessários aos interesses econômicos das potências não fossem prejudicados. Ao invés de um processo de construção política e social de um Estado que fosse formado a partir de um acordo integracionista das populações daqueles países, o que se viu foi a formação de um Estado calcado justamente na exclusão de certas populações em favorecimento de outras. É claro que

⁷ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **The Invention of Tradition**. Cambridge University Press: Cambridge, 1983.

o nível de tolerância das populações excluídas não poderia ser alto e a ocorrência de conflitos acerca desse arranjo social é eminente.

O fato é que essa é mais uma dinâmica que faz parecer que os confrontos civis estão calcados primordialmente em rivalidades religiosas e culturais. Quando da escolha pelas metrópoles pela formação daqueles grupos privilegiados, as diferenças entre as populações acirravam-se e esse processo era encorajado pela atuação das potências colonizadoras. Na década de 90, o conflito em Ruanda, entre tutsis e hutus, é lembrado com um dos mais atrozes em termos de matanças étnicas. Apesar da relutância dos países desenvolvidos em reconhecer aquela situação e atuar na resolução dos combates, os atos ali estabelecidos foram, sem dúvida, genocidas. Aquele foi tomado como um exemplo do que eram capazes aqueles povos não-civilizados africanos com relação a suas etnias e diferenças tribais. Poucos perceberam, no entanto, que a própria rivalidade entre tutsis e hutus foi exacerbada pelos colonizadores belgas. Jornalistas e autoridades de organismos internacionais afirmam que a distinção entre uma etnia e outra era praticamente impossível. Muito hutus também não viam diferenças entre as duas populações e viviam harmoniosamente com tutsis, casando e gerando famílias. Os belgas, no período colonial, exacerbaram a distinção pois grupos populacionais localizados ao norte, que se espalhavam também por Uganda e pelo Congo, ameaçavam seu poder. Beneficiando aqueles que eram aliados, criaram uma situação política onde um grupo era favorecido em detrimento de outro. Para acentuar essa distinção, que iniciava-se como política, passaram a caracterizar as populações a partir de características físicas incoerentes, como o tamanho do nariz e a altura. Foi somente a partir da introdução desta distinção pelos belgas que as etnias passaram a se ver realmente como etnias distintas, e, mais que isso, rivais.

A exclusão política de populações geralmente causa conflitos de característica governo versus população. É a partir daí que são compreendidas ações genocidas pelos governos. O que acontece muitas vezes, no entanto, é que as lideranças políticas maquilam seus atos através da atuação de milícias étnicas. A historicidade de conflitos armados destes países cria condições favoráveis ao conflito bélico e a um forte braço de poder ligado a facções das Forças Armadas nos governos. É a partir desta militarização que os governantes passam recursos ao grupo étnico de seu apoio.

Estas populações alijadas do procedimento decisório e sem perspectiva de ganhos sociais pelo governo em cargo comumente organizam-se em grupos de oposição. O sul do Sudão, por exemplo, é formado por inúmeras etnias, praticamente todas elas de religião animista. Mesmo com a diferença étnica, isso não é impedimento para que aquela população se unisse contra o governo central, convertido em muçulmano quando do avanço do Islã no Magreb. Apesar da marcante dualidade entre as religiões animistas e muçulmanas, aquela região rebela-se pelo fato de ser excluída do governo. Grandemente desigual sócio-economicamente se comparada a região norte sudanesa, durante décadas aquelas populações foram deixadas de fora de projetos governamentais para qualquer possível avanço na qualidade de vida de seus habitantes. O governo central, localizado e gerido pelas populações do norte do país, tem imenso interesse na exploração da região, rica em recursos naturais, para seu benefício. Sem representação política, a saída encontrada pelas comunidades do sul foi a luta pela independência – única solução para que pudessem eles próprios gerir seus recursos de acordo com seus interesses. O fator étnico, nesse caso muito ligado a religiosidade, é um dos elementos que exacerba o conflito, mobilizando a população sulista e as tropas e milícias governamentais.

2.3 Interferência externa e recursos naturais

Interesses corporativos internacionais e suas atividades de exploração econômica – patrocinadas pelos seus governos de origem - também têm grande contribuição para a escalada da violência e da generalização da pobreza enquanto enriquece elites africanas e estrangeiras. O fácil acesso às riquezas naturais ali encontradas, combinado com as oportunidades de lucro de agentes externos, unem-se numa vil combinação que auxilia na ocorrência de rebeliões armadas.

Nos itens anteriores esta ingerência das potências perante ao Estado africano já foi relatada. O que é necessário levar em conta é que grandes indústrias e corporações internacionais fazem o atual papel de diplomatas em alianças com governos autoritários e lideranças étnicas. Para obter a garantia dos seus lucros e poder criar o arranjo necessário para a exploração dos recursos, estas grandes empresas aliam-se a governos corruptos e milícias armadas que mantenham sua proteção. Grandiosa parte dos valiosos recursos naturais do continente são comercializados dessa maneira, é o que acontece com o conflito da região

petrolífera nigeriana, onde as empresas de prospecção (principalmente britânicas) financiam a luta armada de uma etnia contra outra que se opõe as atividades daquelas empresas na região – principalmente no que diz respeito ao mísero salário pago, às más condições de mão-de-obra e os abusos trabalhistas. O governo, comprado por aqueles agentes privados, garante as concessões para exploração. A indústria do diamante chama muita atenção quanto aos abusos também praticados. Os chamados “diamantes de sangue” provenientes de países como Serra Leoa, Rep. Dem. do Congo, Botswana, entre muitos outros, geralmente estão ligados a redes de exploração de certas populações por facções violentas. As empresas destinatárias destas pedras preciosas patrocina esta prática, assim garantem suas atividades e com custos reduzidos. Esta dinâmica acaba reproduzindo o que se sucedeu durante a colonização e no pós-independência, onde um grupo populacional era favorecido pelas potências externas em detrimento do resto da população.

2.4 Abordagens para resolução de conflitos: visões realistas e construtivistas

No que diz respeito à resolução destes conflitos, duas são as perspectivas mais importantes.

Uma visão mais realista deste cenário defende que a separação do território é necessária à pacificação daquela região e à estabilização futura. Um conflito étnico alavanca de tal forma as rivalidades entre os grupos populacionais que torna impossível voltar atrás e construir uma coexistência pacífica entre as partes. A única solução viável é a auto-governança daquelas comunidades em novos territórios autônomos, muitas vezes Estados propriamente ditos, criados a partir do conflito. Nas disputas entre o sul do Sudão e o governo central, esta visão para a resolução dos conflitos está sendo posta em prática, com um referendo a ser realizado em janeiro de 2011 para que a população decida entre a independência ou a permanência do país estruturado como está hoje. Todas as projeções indicam que o resultado será o da independência da região sul do país. Por desconsiderar que seja possível a reintegração conjunta das comunidades beligerantes em torno de um novo acordo coletivo de governo integracional, os adeptos desta perspectiva defendem que há três maneiras de como uma guerra étnica pode acabar: com a vitória militar de um dos lados (extermínio físico do outro grupo populacional daquela região); ocupação militar externa (que poderia estabilizar somente temporariamente a situação); ou, por fim, a separação territorial e

de governo dos grupos em combate. Entre as três alternativas consideradas, a separação territorial seria a única satisfatória.

No entanto há de se considerar alguns fatores. Primeiro, uma questão que é lógica: como separar territorialmente, de forma viável, dois grupos populacionais que podem ter entrado em combate justamente pelo controle de um determinado território e de riquezas naturais ali presentes? Não há como conciliar os interesses, o que acontecerá é que, provavelmente, haverá um novo conflito que, ao invés de ser intraestatal, desta vez será internacional. Como afirmar que a separação entre o Norte e o Sul do Sudão será sustentável se um dos motivos dos conflitos é a exploração dos recursos naturais existentes no sul do país? Ou então, como resolver, a partir da ótica da separação territorial, os levantes de grupos populacionais de regiões petrolíferas da Nigéria contra o governo central e as milícias étnicas aliadas às empresas de exploração desta riqueza?

Um outro argumento contra esta perspectiva é a de que, quanto menor a extensão do território e o abrigo de menores quantidades de grupos populacionais distintos, maior a probabilidade de conflitos, maior a possibilidade de as diferenças culturais serem motivo de mobilização para o combate. Um Estado que seja construído a partir da bandeira do multiculturalismo não tende a presenciar capítulos de combates armados a partir da mobilização étnica, pois ao invés da etnia, outros princípios – como o da democracia, liberdade, justiça - caracterizam seus cidadãos e seu pertencimento àquele território. As disputas, sejam elas por privilégios econômicos, políticos ou recursos naturais, não são, dessa maneira, etnicamente qualificadas. Como vemos em Estados no mundo inteiro, grupos identitários não necessitam, fundamentalmente, da separação do território e de um governo que seja inteiramente composto pelas suas etnias. Populações multinacionais compartilham territórios harmoniosamente desde que possam levar uma vida digna, ou seja, terem condições de subsistência e uma qualidade de vida que seja satisfatória e comparável a outras comunidades daquele Estado, tenham representação nas decisões governamentais daquela nação, direitos básicos garantidos sem discriminação e liberdade de exercer seus costumes culturais. O fato é que, desta forma, o próprio multiculturalismo eleva-se a atributo daquela nação.

Os que defendem invariavelmente a separação alegam que por conta do ódio conseqüente da guerra civil torna-se impossível administrar um Estado composto por aquelas populações combatentes. Estes diferem daqueles que defendem uma visão construtivista da resolução de conflitos, onde é possível realizar acordos integracionais sobre o poder em um processo de construção do Estado (*state building*) e divisão do poder (*power sharing*).

Esta visão construtivista reflete a posição destes teóricos de que o conceito de nacionalidade é um construto político arquitetado pelas elites governamentais de um determinado país. No caso das etnias são relevantes aqueles atributos *ad scriptum*, ou seja, características de nascença que são arbitrárias ao indivíduo, como cor da pele, biótipo, língua e outras características culturais compartilhadas por determinada parte da população. Porém, os conflitos étnicos, como visto, mobilizam as populações de acordo com rivalidades e diferenças entre grupos identitários que são tidas como supostamente enraizadas na história daqueles povos. Neste caso, são essas rivalidades que são construídas pelas elites para que a parte da população a que pertencem mobilize-se e inflame-se para o combate. Considerando estas rivalidades como artificiais, supõe-se que a separação dos povos não é a única solução viável ao conflito. Seria possível, assim, construir um novo acordo político satisfatório, que integrasse os grupos populacionais em torno de um só Estado, onde o conceito de nacionalidade fosse revisto a partir de outros princípios que não os étnicos. A consolidação deste governo de caráter multiétnico é, sem dúvida, de grande complexidade e um desafio imenso, pois, de fato, a guerra civil mobiliza os grupos populacionais em escalas onde o ódio nutrido de um contra o outro parece não ter condições de ser diluído.

Fica claro que esta alternativa demanda, obrigatoriamente, uma terceira parte, que fique a cargo da administração pacífica desta transição e, também, garanta a contenção da violência enquanto o processo – de longo prazo – não se consolide. Idealizando o resultado de um processo como este, considerando que ele obtenha sucesso, é possível acreditar que esta é a solução ótima do problema, sendo mais efetiva do que a separação territorial dos grupos. Infelizmente, como é perceptível, o fato é que esta solução tem muitos motivos para se tornar instável e não ser capaz de firmar uma ambiente pacífico naquele território. Adicionando à equação a recorrente fragilidade institucional e democrática e as altas práticas de corrupção de tais países vê-se como este arranjo torna-se complicado. Além de (1) se criar um acordo de divisão de poder satisfatório para as partes, (2) uma nova visão de cidadania e sociedade, é

necessário, ainda, (3) montar todo um aparato administrativo e burocrático para que o novo governo entre em vigor.

Como é notável, esse tema ainda é largamente discutido no cenário internacional sem que haja uma perspectiva de resolução inteiramente aceitável.

Capítulo 3 - Causas Ambientais para os Conflitos Africanos

“Em meio as suas diversas causas sociais e políticas, o conflito em Darfur começou com uma crise ecológica”⁸. Foram essas as palavras utilizadas por Ban Ki Moon ao comentar o acordo para o envio das forças de paz conjuntas Nações Unidas – União Africana à região. Na maioria das vezes, as causas ambientais relacionadas à escalada de tais guerras civis não é levada em consideração.

Primeiro, por que os problemas ambientais causados pelas mudanças climáticas resultam em conseqüências de ordem social, que, aí sim, são vistas como importantes na dinâmica de causas dos conflitos. Ou seja, tais problemas ambientais podem ser vistos como causas indiretas, o que dificulta sua identificação, mas não os tornam menos importantes. Dado o atraso no desenvolvimento econômico é necessário compreender que a grande maioria das atividades produtivas encontradas ali estão diretamente relacionadas com a obtenção de recursos naturais. Fatores que perturbam essas atividades geralmente têm importantes conseqüências econômicas e sociais. Como visto, a fragilidade institucional destes Estados aliada a uma crise de desemprego de parte da população nos grandes centros urbanos seria uma causa facilmente identificável de instabilidade. No entanto, não é tão facilmente percebido o fato de que problemas ambientais – como uma grande seca – levam a grandes êxodos rurais de populações buscando meios alternativos a atividade rural. Essas populações provindas do campo e sem meios econômicos para sobreviver se estabelecem em zonas degradadas destas cidades, aumentando a criminalidade, aceitando trabalhos em condições de subemprego e com remunerações várias vezes menores do que o usual daquelas comunidades urbanas. Essa situação, portanto, modifica condições do mercado, da economia e de ordem social destes centros, provocando tensões contra uma população específica (proveniente do campo e que muitas vezes faz parte de uma mesma etnia, pois habitava a mesma região no interior) podendo resultar em um conflito armado, já que o Estado não tem os meios para conter a violência nem para estimular a atividade econômica. Isso sem contar que a migração intensa de populações do campo para a cidade pode vir a afetar a segurança alimentar do país.

⁸ MOON, Ban Ki. *A Climate Culprit In Darfur*. Washington Post, 16 de Junho, 2007

Em Darfur, porém, e era a isso que Ban Ki Moon se referia, as causas podem ser até tidas como diretas. Agricultores negros da região viviam de forma amistosa e simbiótica com os pastores muçulmanos locais. Estes últimos cruzavam livremente as terras férteis dos primeiros, deixando os seus camelos pastarem enquanto era dividido o suprimento de água. Essa antiga convivência de formas de subsistência foi sempre harmoniosa, até que secas começaram a afetar a região, desde 20 anos antes do conflito estourar. Pela falta de recursos hídricos, a subsequente queda de produção de suas plantações e a escassez cada vez maior de terras férteis, os agricultores negros gradativamente cercaram suas propriedades, cortando o usufruto comum daqueles recursos naturais. Quando não havia mais água e alimentos para todos, os combates civis iniciaram – escalando até o nível absurdo relatado de genocídio étnico envolvendo o governo central e outras milícias. Quando se analisa a situação somente a partir da época da eclosão do conflito armado é natural delimitar as razões entre as causas políticas e econômicas vistas anteriormente ou considerar as diferenças culturais como fundamentais. No entanto, é impossível resolver tal situação sem a compreensão das raízes do problema. O processo de pacificação de Darfur necessita obrigatoriamente englobar projetos de desenvolvimento sustentável que disponibilizem água e meios de sobrevivência para todas as distintas populações da região.

Em segundo lugar, há um problema de identificação com relação à perspectiva utilizada pelos analistas de segurança internacional para considerar causas ambientais como causadoras de conflito. Como explicita Thomas Homer-Dixon⁹:

(...) a perspectiva realista moderna que é geralmente utilizada para o entendimento de problemas de segurança é inadequada para identificar e explicar as ligações entre mudanças ambientais e conflitos. O realismo foca nos Estados como maximizadores racionais de poder em um sistema anárquico; o comportamento do Estado é principalmente em função da estrutura de relação de poder no sistema. (...) Assim, o realismo encoraja os estudiosos a não dar ênfase a problemas ambientais transfronteiriços, pois estes problemas não podem ser linkados diretamente a um país, e não tem fácil percepção do impacto causado na estrutura de relação de poder econômico e militar entre os Estados.

⁹ HOMER-DIXON, Thomas. *On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict*, **International Security** Vol. 16, No 2, 1999. (tradução livre)

Essa visão realista faz com que os analistas tradicionais tentem encaixar *problemas ambientais* na mesma estrutura utilizada para conceitos como *soberania, Estado, território, balança de poder, interesses nacionais*, e assim por diante, o que não é plausível.

Na verdade, não há a intenção de fazer com que problemas ambientais tornem-se problemas de ordem securitária que devem ser resolvida por esta, essa é uma maneira errada de encarar a questão. A pobreza, por exemplo, é uma situação que pode levar a ameaças de segurança nacional ou internacional, como é coletivamente aceito, mas não é por isso que o tema do desenvolvimento econômico dos países tem de ser tratado no escopo do que é segurança internacional. O que se relata é que devido à característica de análise dos problemas securitários, incluindo os chamados conflitos étnicos, tem-se a dificuldade de caracterizar os problemas ambientais como causadores destes problemas securitários, sejam eles internacionais ou intraestatais. Nestes termos fica aparente que a simples identificação de causas ambientais não seja de maior importância, porém, essa identificação é necessária pois é somente assim que os processos de resolução dos conflitos serão satisfatórios, levando em conta meios de como solucioná-los.

3.1 Principais problemas ambientais no continente

Abaixo estão relacionados, de forma sintética, os principais tipos de problemas ambientais encontrados no continente. É necessário dizer que estas situações são de longa data e não estão sendo consideradas somente por conta do dado momento de preocupação geral acerca do processo de aquecimento global. A verdade é que estas circunstâncias são causadoras de conflitos desde o pós-independência. Com todas aquelas características estruturais destas sociedades, de subdesenvolvimento e de fragilidade institucional expostas, ocorrências como estas são possíveis estopins de conflito, pois, como é insistido, os Estados não tem meios para lidar com estas causas. Outros problemas de ordem global, como, por exemplo, a inundação de regiões litorâneas por conta do derretimento de calotas polares, não são tratadas por serem consideradas possíveis causas futuras de conflitos, ao contrário destas relacionadas que influem atualmente na irrupção da violência. A importância no aceleramento das mudanças climáticas é nítida quando consideramos que estas servem como um gatilho que precipita a incidência dos conflitos, além de agravar condições de escassez em regiões onde a situação não chegaria a um ponto crítico.

3.1.1 Secas, escassez de suprimento de água e “morte” de lagos e rios

Muito se é dito quanto a possibilidade, em um futuro a médio prazo, de guerras estourarem no cenário internacional devido a busca por aquele recurso natural mais básico à vida: a água. Podemos inferir esta lógica até mesmo para disputas estatais atuais, como é o caso do Oriente Médio e das relações entre Israel, Líbia, Síria, Cisjordânia, entre outros. A verdade é que tratando-se de confrontações civis nos países subdesenvolvidos (e lembrando que estes confrontos são responsáveis pela grande maioria das mortes no mundo) a disputa pela água já é uma das causas de deflagração da violência. Nas guerras civis africanas os problemas relacionados à água são notórios. A falta de água e os problemas com relação a sua poluição interferem em inúmeras relações entre os grupos populacionais e nos seus modos de produção e de subsistência.

Existem grandes lagos africanos que servem de subsídio fundamental à sobrevivência de inúmeras comunidades que vivem da pesca e do ganho econômico dessa atividade. Muitas vezes, vemos duas ou mais etnias diferentes que desenvolveram-se a partir do compartilhamento pacífico dos frutos de um mesmo grande rio ou lago, que, em algumas situações, estão compreendidos no território de mais de um país. Há países que baseiam sua economia na indústria pesqueira, como o caso do Malawi, onde 70% da proteína animal contida na alimentação de sua população provém da pesca no lago que empresta o nome ao país, o terceiro maior da África e o de maior diversidade de peixes no mundo. Diversidade esta que, assim, como seu estoque animal caiu em níveis alarmantes nas últimas duas décadas. A chamada “morte” de lagos e rios, ou seja, a grande diminuição de seus estoques de peixes para atividade econômica e para subsistência atinge grande parte das regiões africanas. As maiores causas são a diminuição e a variância das chuvas nas últimas décadas, a poluição das águas e o desflorestamento no seu entorno.

Outro grande problema relativo ao suprimento de água no continente é aquele sobre o qual referia-se Ban Ki-Moon ao explicar sobre as causas das mobilizações em Darfur. Durante séculos, grandes comunidades africanas puderam desenvolver uma existência pacífica devido ao compartilhamento do uso da água. Em inúmeros locais pelo continente os modos de produção das populações residentes em mesmas regiões subsistiam pacificamente, pois os recursos hídricos eram gerados de forma conjunta e eram suficientes. A partir do

momento em que estes recursos hídricos tornam-se escassos aqueles grupos não mais compartilham a utilização da água, mas, sim, passam a disputá-la. Mais uma vez, não havendo instituições estatais capazes nem de mediar a situação, nem de gerar projetos que garantam a sobrevivência daqueles, a situação evolui para piores tensões. O acelerado processo de insuficiência de recursos hídricos na região levou a ONU, através da Comissão Econômica para a África e outros organismos referentes ao uso da água, projetar uma “crise de escassez” para o ano 2025¹⁰.

3.1.2 Escassez de terras férteis

A escassez de terras férteis também pode ser consequência de problemas de seca, assim como de poluição e do desflorestamento. O fato é que, apesar de ser difícil de imaginar um continente tão vasto e relativamente pouco habitado, especialistas na produção de alimentos afirmam que, mantida as condições atuais, a produção agrícola do continente não suprirá a demanda para as próximas décadas.

O desafio da agricultura no continente já é levado a sério pelos governantes dos 53 países do continente. Em 2003 foi aprovada a Resolução de Maputo e seu Plano Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura Africana (PDDAA). Entre outros, ficou determinado que era objetivo dos governos dobrar o orçamento destinado à agricultura, os quais não deveriam estar abaixo dos 10% das despesas públicas. O PDDAA, no entanto, não teve o sucesso esperado na grande maioria dos países. Na África Negra a situação é ainda pior tendo em vista que a maioria dos equipamentos para grandes plantios e tecnologias para a irrigação estão concentrados em países da África do Norte. É até irônico que um continente com tanto potencial hídrico, distribuídos entre rios, lagos e grandes aquíferos subterrâneos, seja o que tem a menor taxa do mundo de irrigação em suas terras aráveis, somente 7%. É óbvio que faltam os recursos necessários.

Com a crise mundial de 2008, este setor da África Subsaariana encontra-se, mais uma vez, entre os principais prejudicados, com a agravante de continuar excessivamente vulnerável às pressões externas, e às suas “correias de transmissão” internas, que são os

¹⁰ Ver Anexo IV.

Governos (financeiramente frágeis e, por isso, facilmente aliciados ou comprados) e os agentes privados nacionais. Dois exemplos recentes ilustram esta debilidade: as negociações dos Acordos de Parceria Econômica com a União Europeia (UE) e as compras ou arrendamento de terras por parte de grandes grupos econômicos multinacionais. No primeiro caso, a mobilização das associações de agricultores, apoiadas por ONGs internacionais e pelas agências para o desenvolvimento, conseguiu travar a pressão da UE, que pretendia – absurdamente - eliminar por completo as barreiras alfandegárias que moderam a invasão dos mercados africanos por bens alimentares oriundos dos países desenvolvidos ou emergentes.

No que se refere às aquisições de terra, a tendência é para a intensificação das “deslocalizações agrícolas”, freqüentemente embrulhadas em boas intenções. Sem meios financeiros, humanos e técnicos para desenvolver a agricultura, aumentar os rendimentos e dar de comer às suas populações, os governos africanos, que possuem a maior parte das terras (segundo a FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, a propriedade privada fundiária não ultrapassa os dez por cento e a esmagadora maioria dos agricultores africanos não possuem títulos de propriedade) são facilmente convencidos da vantagem de vender ou arrendar grandes superfícies a investidores privados, externos ou nacionais, que prometem aumentar a produção, a produtividade, criar empregos remunerados e gerar receitas fiscais.

O problema é que a existência de muitas terras por cultivar na África é uma ilusão. Na realidade, todos os recursos são utilizados, para cultivo ou como pastagens e, apesar dos fracos desempenhos em termos de produtividade, garantem a sobrevivência de milhões de agricultores e pastores. As alterações climáticas e as catástrofes naturais (secas, inundações, pragas) tornam ainda mais precária esta agricultura tradicional. Neste contexto, o desenvolvimento de explorações industriais, de capital intensivo, economicamente mais rentáveis, mas que privam as comunidades camponesas da maior parte das terras que exploram atualmente, é facilitado.

Toda esta dinâmica da insuficiência de produção agrícola devido à escassez de terras férteis, seja por qual motivo for originada, é resultante em deslocamento de populações, desestabilização econômica e insegurança alimentar, levando, claramente, a situações de possíveis conflitos.

3.1.3 Desflorestamento

O desflorestamento, também chamado de desmatamento, consiste no desaparecimento de massa florestal através das atividades humanas. Como foi e ainda é comum em outras partes do globo, a conservação das florestas e matas nativas é deixada em segundo plano em relação a interesses comerciais. O abrangente desflorestamento das regiões florestais africanas é causado principalmente pelo avanço de atividades agrícolas e pecuárias, pela indústria madeireira (que nesse caso é bastante contundente visto que mais de 2/3 da energia produzida no continente é proveniente de lenha) e de outras atividades industriais.

Além de contribuir imensamente para o desaparecimento de ecossistemas e a ameaça de extinção de inúmeras espécies, o alastramento da eliminação de florestas nativas tem implicações em diversas outras questões ambientais. Cientistas já consideram o desmatamento como razão de em torno de 30% de todo o gás estufa liberado na atmosfera, acelerando o processo de aquecimento global que, por sua vez, influi diretamente nos períodos de estiagem e nas variações dos períodos de chuva no continente africano. Ao minar a capacidade do solo de reter água, também é cúmplice, o desmatamento, não só na piora das áreas de desertificação existentes, como no empobrecimento contínuo do solo, aumentando a escassez de terras férteis e a necessidade de irrigação.

O problema do desflorestamento é reconhecido mundialmente como ameaça ao desenvolvimento sustentável das nações. Isso ficou claro quando, em 2004, o Comitê Nobel Norueguês concedeu a Wangari Maathai o Prêmio Nobel da Paz. Wangari Maathai¹¹ é uma ambientalista e ativista política queniana que lutou contra a opressão nos períodos de autoritarismo no seu país. O Prêmio Nobel da Paz, no entanto, foi destinado ao seu trabalho com projetos de desenvolvimento sustentável, focando principalmente no reflorestamento conjunto com a atividade agrícola que provesse segurança alimentar para seu povo.

¹¹ Mais informações sobre a vida e a láurea por seu trabalho estão disponíveis em http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2004/maathai.html. Acesso em: 20/11/2010.

3.1.4 Queda na exploração de recursos naturais

A queda na exploração de recursos naturais – sejam agrícolas, minérios, pedras preciosas ou energéticos, como o petróleo e gás natural – é facilmente compreendida como catalisadora de conflitos nestas sociedades. A grande maioria dos países africanos têm sua renda dependente quase que de forma exclusiva da comercialização destes produtos. Mesmo que a atividade de parte dessas riquezas faça parte de um grave contexto, a perda econômica representada pela perda destes produtos é enorme, tendo graves conseqüências sociais e falindo modos de produção que garantem a sobrevivência de grandes parcelas das populações africanas.

3.2 Conseqüências sociais e desestabilização econômica

Estas causas ambientais são importante na ocorrência de conflitos pois refletem grandes conseqüências sociais problemáticas. Além de aumentar as disputas existentes, essas conseqüências agravam a incapacidade do Estado de lidar com estes confrontos. A partir destas conseqüências sociais é que se dá a deflagração dos conflitos armados.

A desestabilização econômica sintetiza o resultado dos deslocamentos populacionais sem controle, das crises de alimentos e de produção agrícola e da queda na exploração de recursos naturais. A ordem social vigente, que já é delicada e comandada por instituições fragilizadas, é alterada a partir destes movimentos. As migrações internas alteram os padrões dos mercados de emprego nos núcleos urbanos, além de aumentar a criminalidade e o desemprego; as quedas de produção desestabilizam a economia como um todo, minando ainda mais a capacidade estatal de gerar desenvolvimento e controle doméstico; e os períodos de insegurança alimentar aumentam as tensões e tem enorme capacidade de estimular a violência.

3.2.1 Deslocamento populacional

Grandes incidências de problemas climáticos – como muitas vezes é o caso das secas – leva um grande número de contingente de pessoas a deslocarem-se para uma área onde haja a possibilidade de obtenção de meios de subsistência.

Um cenário comum é o de populações de grande áreas rurais que, por algum dos motivos relatados, não mais funciona como fonte de renda e de alimentos, rumarem aos centros urbanos em busca de alguma forma de emprego para poderem sobreviver. A migração em massa de pessoas provindas de um mesmo lugar e com características de vivência semelhantes, como é o caso dos trabalhadores rurais em direção às cidades, pode vir a ter seqüelas importantes na ordem social. Essas comunidades, principalmente por estarem inseridas em um contexto rural e não urbano, agrupam-se em grupos que compartilham as mesmas crenças e mesmos elementos culturais. Quando vão para as cidades, estas pessoas estão desesperadas para conseguir meios para manter-se, então passam a aceitar condições que aquela população urbana estabelecida não aceitaria. Subempregos, salários abaixo do aceitável e condições de vida miseráveis são cotidianos daqueles novos moradores urbanos. O Estado não tem condição de combater essa situação, seja pela manutenção da ordem a partir da força policial ou pelo estímulo ao crescimento econômico; os cinturões de pobreza e a criminalidade disseminam-se. No fim das contas, cria-se uma conjuntura onde aqueles ex-habitantes das zonas rurais são vistos como os causadores dos malefícios e da violência urbana. Como pertencem a um mesmo grupo identitário, a mobilização étnica é estabelecida e as condições a um confronto civil são muito favoráveis.

Essa dinâmica, na verdade, não é diferente da que o corre em diversos países subdesenvolvidos, como os latino-americanos. Em todos estes países, grande parte da criminalidade urbana que se vê generalizada tem relações com a insuficiência do campo de abarcar as populações que ali habitam e que são obrigadas a procurar oportunidades nos núcleos urbanos.

3.2.2 Insegurança alimentar

A insegurança alimentar na África é mais um dos históricos problemas da região e que atrai atenção do mundo inteiro. São inúmeras as ONG's internacionais que atuam neste setor. Mesmo desconsiderando a discussão sobre a real efetividade do trabalho destas organizações, a grande questão é que este problema não pode ser resolvido através de doações de alimentos se não há a execução de projetos agrícolas que garantam a produção contínua e suficiente destes produtos. Como relatado acima, as previsões são de que a oferta de alimentos na África ficará abaixo do nível necessário nas próximas décadas. É comum a mídia internacional noticiar países que estejam passando por uma situação de crise alimentar, essa

crise muitas vezes está associada com o aumento de tensões internas e a ocorrência de conflitos.

A insuficiência na produção de alimentos tem de ser tratada como uma questão estrutural do continente, porém, é óbvio que problemas ambientais podem estar diretamente relacionados com a questão da insegurança alimentar e da queda na produção agrícola. Muitas vezes, grandes grupos populacionais dependem de algum cultivo, da extração natural ou de atividades como a pesca, como fonte de renda. Além dos frutos da venda dos produtos, a produção de alimentos provinda destes meios naturais garante a sobrevivência daquele grande número de pessoas.

No momento em que os meios naturais não mais provém o necessário para a garantia da sobrevivência, aquelas pessoas se vêem obrigadas a procurar alternativas. Uma delas é a disputa pelos recursos escassos com outros grupos da região. Modos de produção que se intercalavam e vizinhos que coexistiam pacificamente passam agora a rivalizar com relação aqueles bens naturais – terras férteis, água, madeira, alimentos. Essa rivalidade não raramente evolui para a disputa armada e nestas circunstâncias a mobilização étnica é largamente utilizada no combate. Outra alternativa é o deslocamento destas massas para as cidades, como foi relatado acima. No entanto, a insegurança alimentar tem de ser vista como um problema que muitas vezes atinge o todo da população do país, não somente alguma regiões específicas. O que sucede é que a discriminação étnica nesses casos, além de mobilização para o combate, também é utilizada para que a parte beneficiada da população tenha garantia de alimentação. Durante o embate, o grupo étnico discriminado tem seus suprimentos de alimentos também cortados por aqueles apoiados pelo governo central. Na verdade, as próprias lideranças do país iniciam este processo de discriminação identitária anteriormente à iniciação propriamente dita dos conflitos armados, justamente por conta de iminentes crises de falta alimentos. As populações excluídas, então, se revoltam, pois acabam não tendo como sobreviver ou sobrevivem em situações extremas a partir desta distribuição desigual de recursos.

Conclusão

Após a exposição sobre as causas das guerras civis na África Negra é necessário refutar a tese de que estes são calcados em diferenças étnicas. Ao contrário do que propaga a mídia internacional, juntamente com alguns estudos acadêmicos, os motivos pelos quais as populações se enfrentam são políticos, econômicos e sociais – e que sofrem grandes influências de problemas ambientais, como foi demonstrado neste trabalho. A exaltação das diferenças culturais, religiosas, físicas, tem grande papel na evolução dos cenários de violência, porém não são causas destes. A mobilização identitária é o artifício utilizado pelas lideranças para legitimar seus atos e inflamar a população na direção do combate.

Mesmo no pós-Guerra Fria a incidência dos combates foi aumentada. A década de 90 foi toda marcada pela brutalidade exposta no continente, e mesmo nos primeiros anos do século XXI embates armados de grande porte eclodem. Na segunda metade desta primeira década dos anos 2000, a perspectiva é otimista quando ao crescimento econômico africano. Os olhos do mundo, que por vezes ignoram a região, voltam-se mais uma vez e o investimento externo é massivo. A atuação da China neste contexto demonstra o quão pode ser importante a conjuntura africana num futuro próximo. A questão é que, mesmo que haja a inclinação para um período de desenvolvimento, a contínua ocorrência destes conflitos pode minar estas expectativas.

É inviável a pacificação da região se os processos de resolução considerarem (1) estes conflitos como apolíticos e (2) ignorarem os fatores ambientais. O fortalecimento das instituições estatais, o robustecimento do setor econômico e projetos de desenvolvimento sustentável são fundamentais para que os combates possam ser solucionados. Os males causados pelo neocolonialismo e pelo processo de independência, pela ingerência externa e exploração econômica, deixaram como legado um complexo e frágil arranjo estrutural naqueles Estados, onde não há um acordo social vigoroso capaz de integrar os grupos populacionais que ali vivem em direção a um modelo de organização sócio-política. É a partir destes pontos que devem ser iniciados quaisquer procedimentos para a estabilização.

Referências

ACNUR. **Informe del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados**. Nova York : Nações Unidas, 2000 - 2010.

ADAR, Korwa. Conflict Resolution in a Turbulent Region: The Case of Intergovernmental Authority (IGAD) in Sudan. **Africa Journal in Conflict Resolution**. Pretoria, n. 2, 2000.

AMNESTY INTERNATIONAL. Disponível em <http://www.amnesty.org>. Acesso em: 15/09/2010

BARNETT, Michael. **Eyewitness to a Genocide: the UN and Rwanda**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

BUHAUG, Halvard. **Climate not to blame for African civil wars**. Oslo: Peace Research Institute Oslo (PRIO), 2010. Disponível em: <http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1005739107>. Acesso em: 15/11/2010

BURKE, Marshall, DYKEMA, John, LOBELL, David, MIGUEL, Edward & SATYANATH, Shanker. **Warming increases the risk of civil war in Africa**. Oslo: Peace Research Institute Oslo (PRIO), 2009. Disponível em: www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0907998106. Acesso em: 15/11/2010

CHALLIAND, Gérard. **A Luta pela África: Estratégia das Potências**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CLAPHAM, Cristopher. **Africa and the International system: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A ÁFRICA. **The Africa water vision for 2025 : equitable and sustainable use of water for socioeconomic development.** Addis Ababa : United Nations, 2005.

DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras da África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 1, pp. 77-109, 1999.

EASTERLY, Williams & LEVINE, Ross. Africa's Growth Tragedies: Policies and Ethnic Divisions. **The Quarterly of Journal Economics**, v. 112, n. 4, pp. 1203 – 1250, 1997.

HAUSS, Charles. **International Conflict Resolution.** Nova Iorque: Continuum, 2010.

HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **The Invention of Tradition.** Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HUMANS RIGHT WATCH. Disponível em <http://www.hrw.org>. Acesso em: 22/07/2010

JOHNSON, Douglas. **The Root Causes of Sudan's Civil War.** Bloomington: Indiana University Press, 2004.

JOK, Madut Jok. **Sudan: Race, Religion and Violence.** Londres: Oneworld Publications, 2007

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra.** Porto: Publicações Europa-América, 1972.

KI-ZERBO, Joseph (org.) **História Geral da África.** São Paulo; Ática-Unesco, 1982.

KOHN, Hans & SOKOLSKI, Wallace. **Nacionalismo africano en el siglo XX.** Buenos Aires: Paidós, 1986.

LEE, James. **Climate Change and Armed Conflict: Hot and Cold Wars.** Nova Iorque: Routledge, 2009.

LEMARCHAND, René. **The dynamics of violence in Central Africa**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

LIPSCHUTZ, Ronnie. **After authority: war, peace, and global politics in the 21st century**. Albany: State University of New York Press, 2000.

MCGARRY, John & O'LEARY, Brendan. **The Politics of Ethnic Conflict Regulation**. Nova Iorque: Routledge, 1993.

MIAIL, Hugh, RAMSBOTHAM, Oliver & WOODHOUSE, Tom. **Contemporary Conflicts Resolution**. Londres: Polity, 2005.

MINGST, Karen. **Essentials of International Relations**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2007

MIZARI, Nizar. **Darfur: um genocídio diante de nossos olhos**. Radar do Sistema Internacional, 2007. Disponível em: <http://rsi.cgee.org.br>. Acesso em: 05/10/2010.

MOON, Ban Ki. **A Climate Culprit In Darfur**. Washington Post, 16 de Junho, 2007. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2007/06/15/AR2007061501857.html>. Acesso em: 10/11/2010.

MULLER, John. **The Banality of Ethnic War**. International Security, n. 25, 2000.

NYE, Joseph. **Understanding International Conflicts – An Introduction to Theory and History**. Harlow: Longman, 2003.

PATERSON, Matthew. **Global Warming and Global Politics**. Nova Iorque: Routledge, 1996.

POWER, Samantha. **Genocídio: A Retórica Americana em Questão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PRUNIER, Gérard. **Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

PRUNIER, Gérard. **Darfur: A 21st Century Genocide**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

PRUNIER, Gérard. **The Ambiguous Genocide**. London: Cornell University Press, 2005

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **Uma introdução à história na descolonização afro-asiática**. Porto Alegre: Ciências & Letras, 1996.

SARAIVA, José F.S. **A formação da África Contemporânea**. São Paulo: Atual, 1987

SCHNEIDER, Luíza. **As causas políticas do conflito no Sudão: determinantes estruturais e estratégicos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TURNER, Thomas. **The Congo Wars: Conflict, Myth and Reality**. Londres: Zed Books, 2007.

UNESCO. **História Geral da África**. São Paulo: Ática, 8 vol.

UNEP. **Conflict and Disasters**. Disponível em <http://www.unep.org/conflictanddisasters>. Acesso em: 21/11/2010

VIZENTINI, Paulo, RIBEIRO, Luiz Dario & PEREIRA, Ana Lúcia. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo. **A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre : Leitura XXI, 2010.

VIZENTINI, Paulo. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIZENTINI, Paulo. **A África na Política Internacional: o Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

WESSELING, H. L. **Dividir para Dominar — A Partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1998.

WOODIS, Jack. **África, as raízes da revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961

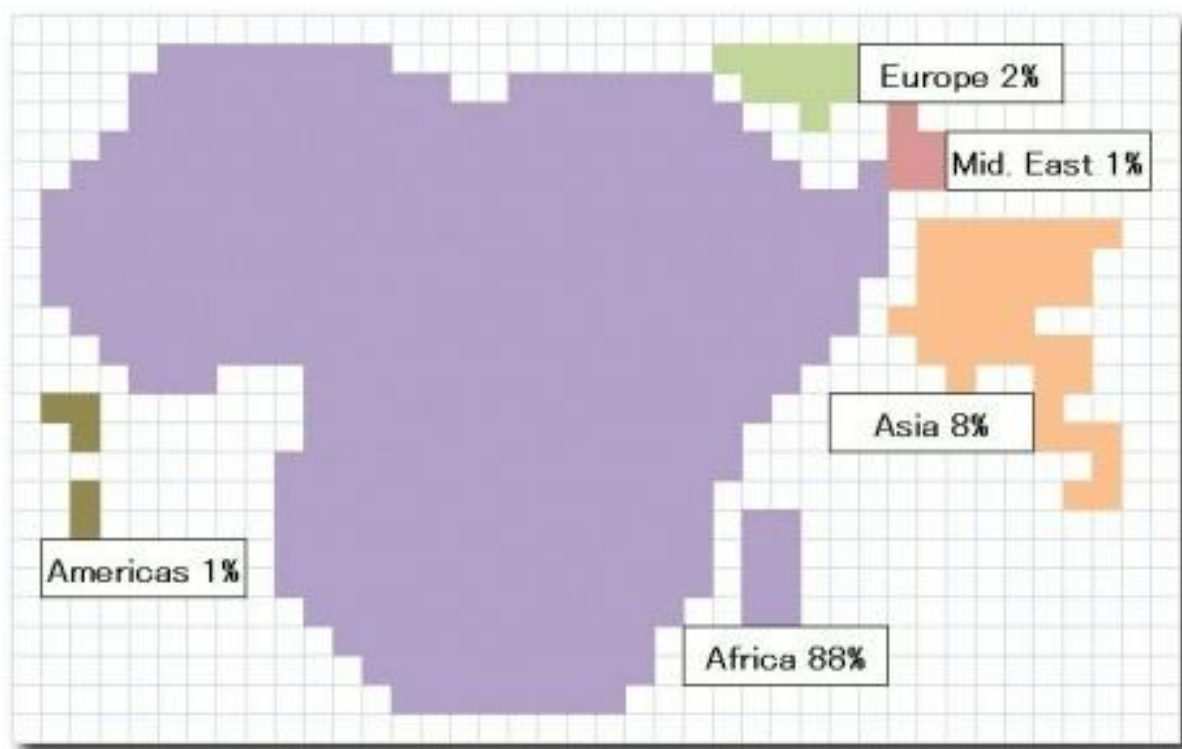
WORLD BANK, **World Development Indicators 2000**. Washington: IBRD/World Bank, 2000.

Anexos

Anexo I – Mapa Político da África e o destaque para África Subsaariana

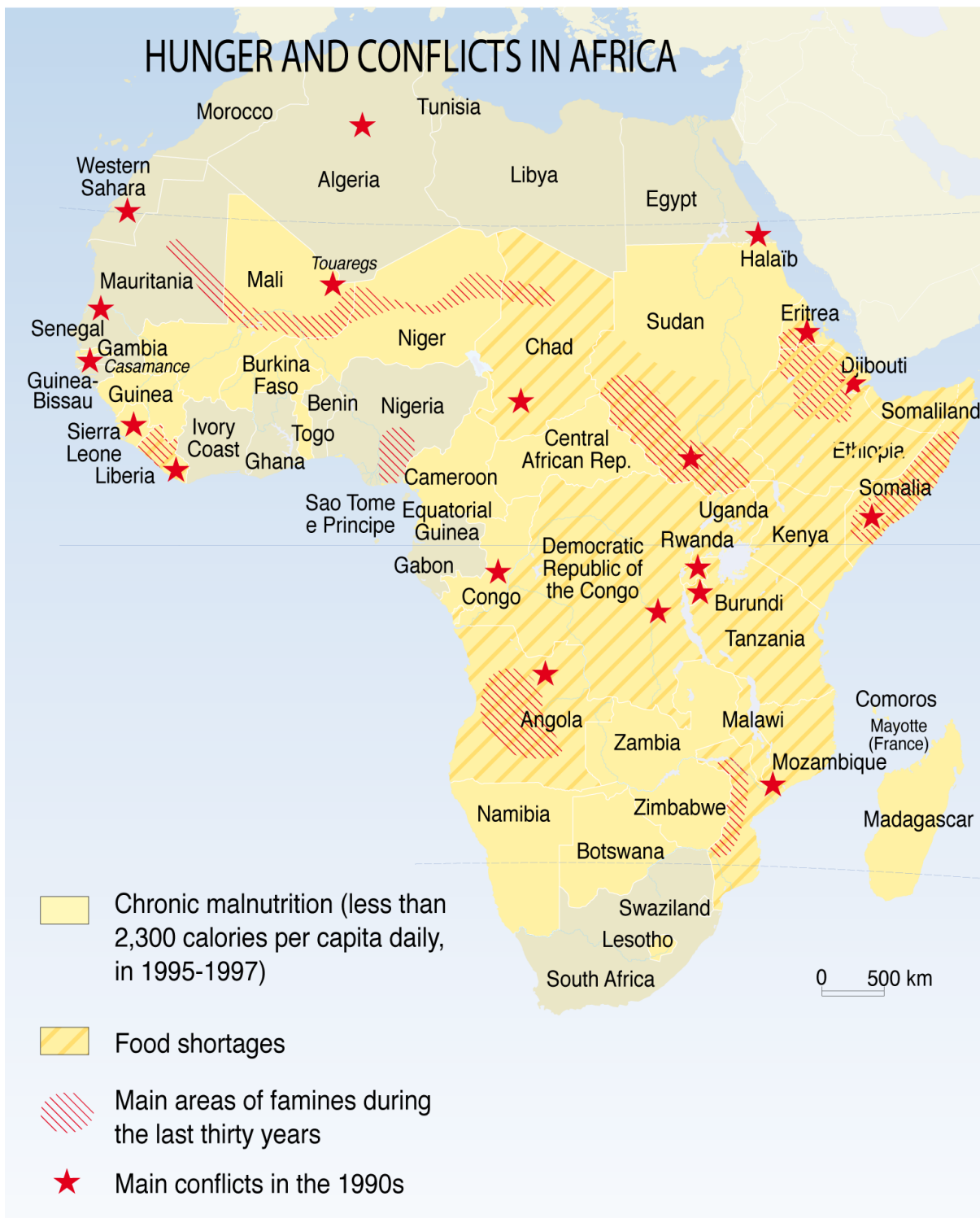


Anexo II – Taxa das mortes relacionadas com conflito armado no mundo (1990 – 2007)



Fonte: HAWKINGS, Virgil. **New World Maps**. Disponível em: <http://stealthconflicts.wordpress.com>. Acesso em: 10/11/2010.

Anexo III – Zonas de fome e incidência de conflitos



Sources: Map originally created by Sylvie Brunel and Cécile Marin. *Human Development Report*, UNDP, 1996; Ramsès 1994, Dunod; *Total Call of the HCR Examination of the Programs*, HCR, 2001; *The State of Food Insecurity in the World*, FAO, Rome, 1999; *Populations en danger*, Médecins sans frontières - Lepac, La Découverte, 1995; *Interventions*, Action internationale contre la faim, 1994; *Le Monde peut-il nourrir le monde?*, Les Clés de la planète, hors-série no.1, Croissance, Paris, 1998.

Anexo IV – Projeção de disponibilidade de água no continente para 2025

